

SESSÃO DE ABERTURA DO I ENCONTRO REGIONAL DA PASTORAL SOCIAL

Ponta Delgada, 7 de junho de 2019

Transcrição da intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite para estar hoje aqui convosco e poder tentar contribuir para este momento de reflexão, de análise e de ação, que a Pastoral Social resolveu lançar sobre um conjunto vastíssimo de áreas, que engloba nesta designação mais genérica da realidade social da nossa Região.

Não pretendo, não tenho a veleidade, nem cometo a ousadia de vos dar ou de pretender dar-vos um retrato dessa realidade. Pela natureza da instituição que aqui nos reúne, julgo que tem uma ideia muito concreta e muito precisa daquela que é a realidade, sem prejuízo, obviamente, daquilo que são aspetos que, do ponto científico, até interessa dissecar, analisar e aprofundar.

Permitam-se que me centre, nestas minhas breves palavras, apenas numa problemática muito específica e muito concreta, e que, de certa forma, vos dê conta de como o Governo dos Açores se posiciona em relação a esta problemática. Refiro-me, em concreto, à questão da pobreza e da exclusão social.

No programa desta legislatura 2016/2020 foi definido um objetivo muito concreto e muito preciso: a definição e a aprovação de uma Estratégia Regional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social.

Este processo decorreu ao longo do ano de 2017 do ponto de vista do diagnóstico da situação, contou com a colaboração de um conjunto de entidades que, sob a forma de uma Comissão Científica, acabaram por, com base num conjunto de indicadores, definir um quadro da nossa situação numa multiplicidade de elementos e de indicadores.

Foi definido um processo de consulta e de auscultação e, depois, foi aprovada esta Estratégia. Eu permito-me salientar dois ou três aspetos, quer em relação ao processo, quer em relação à questão da substância.

Em relação ao processo, há uma ideia que é política, mas que é política um pouco para além do sentido partidário da atividade. A ideia é muito simples e resume-se de forma muito sintética. A ideia que preside a esta Estratégia, o objetivo político que preside a esta Estratégia resume-se a esta expressão: ‘não deixar ninguém para trás’.

‘Não deixar ninguém para trás’ porque, sobretudo num momento em que há um conjunto de indicadores que apontam para uma recuperação da economia, que apontam para uma recuperação de emprego, é fundamental não nos deixarmos levar por aquilo que podem ser alguns bons indicadores, mas termos a consciência de que continuam a existir desafios e que esses desafios devem ser encarados de frente, devem ser abordados e que devemos delinear ou, pelo menos, tentar delinear as soluções para os vencer.

A questão da pobreza e da exclusão social, pese embora todos esses indicadores, é uma questão que queremos enfrentar e que achamos que temos condições para criar mecanismos, para definir políticas e metodologias que podem ajudar a vencer esse desafio.

Estão disponíveis online, nomeadamente na página do Governo Regional, quer o diagnóstico da situação, que conduziu à elaboração da Estratégia Regional, quer o próprio texto da Estratégia Regional e, para além disso, o Plano Bidual.

Mas permitam-me que, em relação à questão do processo de formação da Estratégia, saliente aquilo que me parece particularmente importante, e que tem a ver com o processo de diálogo, de concertação e de auscultação que levou ao seu surgimento.

Ao longo, sobretudo do primeiro semestre de 2017, houve encontros em todos os concelhos da nossa Região, houve a criação da possibilidade de auscultar as autarquias locais, as instituições particulares de solidariedade social, as associações culturais, desportivas, profissionais, empresariais e sindicais, as bandas filarmónicas, as instituições culturais, os serviços públicos, as autoridades e, inclusivamente, pessoas que estavam numa situação de pobreza.

No fundo, a ideia de poder tornar o mais abrangente possível, de tornar o mais participado possível, não apenas a leitura deste diagnóstico ou a feitura deste diagnóstico, mas, sobretudo, aquilo que se exigia que fizéssemos ou a forma como essa estratégia e essas medidas podiam e deviam ser definidas.

Tenho pena que, em algumas circunstâncias, essa possibilidade de participação não tenha sido aproveitada, mas o facto é que ela foi criada sob a coordenação de uma Comissão Científica que incluía o professor Carlos Farinha Rodrigues, o professor Fernando Diogo, entre outros, enfim, um conjunto de entidades que orientaram este trabalho e esta reflexão.

Este foi um processo do qual, também da parte do Governo, a questão não foi colocada no sentido de remeter esse assunto para um departamento e, a partir daí, considerar o assunto arrumado.

A abordagem que fizemos foi uma abordagem transversal, que incluiu desde a Educação, a Saúde, a Economia, o Emprego, a Solidariedade Social. Isso levou a que, em finais de 2017, fosse apresentada a proposta de estratégia, submetida novamente a consulta pública, já nessa versão, e que, em meados de 2018, fosse aprovada a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social. A primeira e julgo que, até ao momento, a única que existe em todo o país.

Que aspetos é que, para além da questão procedimental, julgo importante salientar neste momento? Salientei o grande objetivo político de ‘não deixar ninguém para trás’, mas há outros aspetos que nesta Estratégia. Não vos vou explicitar a Estratégia, nem dar a conhecer, ela está disponível, mas salientar duas outras ideias que me parecem fundamentais na forma como abordamos este assunto.

Para além deste primeiro objetivo político de ‘não deixar ninguém para trás’, de acreditar que é possível criarem-se as condições, darem-se os instrumentos que permitam que as pessoas façam o seu trajeto de realização pessoal e de contributo, por essa via, para a nossa realização e o nosso progresso coletivo, há uma segunda ideia a propósito da Estratégia que, por vezes, tenho a impressão que passa despercebida.

É que esta Estratégia não é uma compilação de apoios sociais, ou seja, o objetivo da Estratégia não foi dizer que temos um complemento regional de pensão, temos um complemento regional de abono de família, temos medidas de apoio à habitação, temos um conjunto de apoios sociais regionais e nacionais e, portanto, vamos dar um rearranjo a isso e apresentar isso como uma estratégia. Não! Quem procurar nesta Estratégia a perspetiva; ‘bom, se aumentarmos 2% no complemento regional de pensão, vamos resolver a situação da pobreza’, terá uma decepção, porque a Estratégia não é isso. Não pretende ser isso, nem nunca pretendeu ser isso.

Isso não significa que não se reconheça a importância desse tipo de medidas para o atenuar conjuntural e específico dessas situações, mas não são essas medidas que, na nossa perspetiva, constituem ou devem constituir uma forma estruturada, integrada e coerente de como se aborda esse fenómeno, e, portanto, a primeira ideia é esta: a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social, nas suas várias medidas, não é de forma nenhuma uma compilação de apoios sociais, não versa sobretudo sobre essa matéria.

Qual é a consequência prática disso? A consequência prática disso é simples, é que, ao falarmos da Estratégia e termos a contraposição da necessidade do diálogo que se estabelece, da necessidade de resumir a forma como se aborda esse assunto ao aumento ou incremento de um apoio social, estaremos a falar linguagens diferentes.

Este alerta, digamos assim, ou este primeiro aspeto é algo que considero muito importante para, desde logo, tentarmos abarcar aquela que é a realidade de que estamos a falar, do ponto de vista da forma como pretendemos lidar com ela.

Em terceiro lugar, tentar também tornar claro que esta não é a estratégia do Governo dos Açores, da mesma forma que este não é um problema apenas das entidades públicas. Por vezes, assistimos a prenúncias que, de certa forma, são desresponsabilizantes daquilo que é o papel que cada um pode ter neste combate à pobreza e à exclusão social.

Tenho dito em diversas circunstâncias que este objetivo tem que ser considerado como um desígnio regional, e ser considerado como um desígnio regional significa que toda a Região, desde entidades públicas até entidades privadas, tem que entender que a realidade exige que, como comunidade, como Povo, temos que lidar com este assunto, temos que o enfrentar e temos que tomar medidas para o debelar.

Este é um assunto que tem a ver com as entidades públicas, é certo, mas tem a ver também com as entidades privadas, tem a ver com os nossos empresários, tem a ver com as nossas coletividades, tem a ver com o clube desportivo.

De forma muito clara e muito concreta, se não tiver uma política de integração, de abertura, de acolher aqueles que estão numa situação de maior fragilidade, não está a

fazer tudo o que pode para ajudar neste combate. E é necessário ter esta visão ampla, abrangente daquilo que se exige de cada um.

Esta terceira ideia serve, sobretudo, para dar conta que não só pelo processo de construção da Estratégia, que envolveu todas entidades, num processo de concertação e de diálogo, mas sobretudo por aquilo que é o desafio que temos à nossa frente, este não pode ser apenas um assunto que se diga ‘bom, então compete ao Governo, compete às entidades públicas resolver esse assunto’. Não! A dimensão da tarefa, a importância da tarefa que temos à nossa frente não permite esse tipo de abordagem.

Uma quarta ideia tem a ver com o tempo. E o tempo que esta estratégia tem definido como o seu horizonte é de 10 anos. Isto significa o quê? Isto significa que a começar por nós, a começar pelos políticos, temos de resistir à tentação. A Estratégia começou a ser implementada em 2018 e temos de resistir à tentação de dizer ‘nós estamos a vencer esse combate’. É uma tentação, acreditem, mas isso é penalizador para a ideia estratégica desta abordagem.

Pela natureza das coisas, desde logo pela limitação de mandatos, não serei eu a fazer um juízo final desta Estratégia. Não serei eu a ter a possibilidade de apresentar os resultados da implementação desta Estratégia. Preocupa-me menos essa parte e preocupa-me mais sermos capazes de perceber que ela constitui um primeiro passo, constitui uma abordagem diferente daquela que tivemos durante muitos anos, mas que é necessário ter.

Há um ditado, não sei se chinês, que diz que uma caminhada de mil léguas começa com um primeiro passo e é disso que estamos a falar, é de um primeiro passo, que tem de ter a serenidade, a tranquilidade na abordagem aos seus resultados e à forma como está implementado, para permitir que efetivamente seja implementado e seja concretizado.

Eu também reconheço que não é fácil quando quotidianamente somos bombardeados com notícias que, muitas vezes, não querem dizer aquilo que alguns querem que elas digam, que, muitas vezes, se referem a realidades diferentes, fruto também das perguntas específicas que são feitas para a obtenção desses resultados, mas que, é da natureza das coisas, podem ter essa leitura de significar que a Região está mais atrás aqui ou mais atrás acolá, ou mais para trás ali.

Esta ideia do tempo, da perceção de que esta é uma aposta de longo prazo, que necessita também da tranquilidade e da serenidade para produzir resultados, para ser devidamente implementada, não estando sujeita, digamos que à espuma dos dias, é uma ideia fundamental, que gostaria também de deixar aqui neste momento.

Por último, se esta não é a estratégia do Governo dos Açores, muito menos é a estratégia da Solidariedade Social. Se esta não é a estratégia do Governo apenas, mas de toda a nossa Região, muito menos é a estratégia apenas da Solidariedade Social. E por que razão é que falo nisso? Porque a abordagem a este assunto, naquilo que tem a ver com mudanças geracionais, parte muito daquilo que é a aposta na Educação. É sobre isso que se apoia toda esta Estratégia.

Temos medidas definidas para a Saúde, temos medidas para a Habitação, temos medidas definidas para a Economia, para o Emprego, enfim, para um conjunto variado

de setores, mas, se eu tivesse que definir qual é a pedra angular desta Estratégia, diria que a pedra angular desta Estratégia é a Educação.

Naquilo que tem a ver com a qualificação dos cidadãos, naquilo que tem a ver com a qualificação das crianças e dos jovens, naquilo que tem a ver com a Educação, como forma de ascensão social.

Esse é o ponto fundamental, daí a atenção e o cuidado num outro programa que temos, que se relaciona com esta estratégia, que é o ProSucesso, um programa de promoção do sucesso escolar na nossa Região.

Se é desejável, neste momento, termos uma referência em três ou quatro ideias em relação àquilo que estamos a fazer, colocaria em dois planos. Continuamos obviamente com medidas, que não chamaria de medidas conjunturais, mas que chamaria de medidas mais imediatas, medidas de impacto mais direto e imediato. Os apoios sociais, as questões que têm a ver com uma abordagem ao caso individual e concreto de acudir a situações que nos surgem como necessitando de apoio.

Mas não se resume, porque não se pode resumir, aquilo que temos de fazer, como Povo e como Região, no combate à pobreza a esta questão. E, sobretudo, não se confunda. Eu não estou a tirar mérito, obviamente, àqueles que defendem que um complemento devia ser mais alto ou um apoio devia ser mais intenso, mas estamos a falar de coisas diferentes.

Permite-me chamar a atenção para esta questão da Estratégia porque ela não substitui, não exclui esta outra componente de intervenção mais imediata, diretamente relacionada com a questão dos apoios sociais, mas, se queremos, efetivamente, alterar para as próximas gerações esta situação, se queremos, efetivamente, ter uma Região que possa criar todas as condições para debelar esse fenómeno, é essa abordagem estratégica, estrutural e de longo prazo que deve também convocar o nosso esforço.

Não posso terminar esta intervenção sem fazer referência ao papel que a Igreja tem também neste processo, ao papel que a Igreja tem tido neste processo, em muitos casos direcionando a sua atividade para esta componente da resposta direta e imediata às necessidades que surjam, mas apelando a que também que possa envolver-se nessa componente estrutural, nessa componente que diz respeito a todos.

Mais uma vez, saliento que diz respeito também às entidades privadas, que diz respeito aos nossos empresários, às entidades patronais, que diz respeito a todos nós, como Povo e como Região.

Essa intervenção que a Igreja tem tido e, certamente continuará a ter, é um elemento fundamental para o sucesso de todo este processo. Na mudança de mentalidades na forma como se aborda essa problemática, na mudança de mentalidades na forma como as respostas estruturadas e estratégicas a essas problemáticas podem e devem ser dadas.

Da nossa parte, como Presidente do Governo, a única coisa que tenho a fazer é agradecer toda a colaboração que nos possa ser dada neste processo. Uma colaboração que não é dada à instituição Governo, à entidade pública, mas que é uma colaboração que visa e serve um objetivo, que acredito ser de todos nós.

Muito obrigado pela vossa atenção e votos de um excelente trabalho.